

Notícias do dia 26 de junho



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS



Quarta-Feira, 30 de Junho de 2021

Sumário

Número de notícias: 2 | Número de veículos: 2

O POPULAR - GO - POLÍTICA
TCE - GO

lumesinlo extremamente capacitado para o trabalho no TCM' 3

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - POLÍTICA
TCE - GO

Mercado de Trabalho - FIO DIRETO 5

lumesinlo extremamente capacitado paraotrabalho noTCM'

Presidente das Comissões de Constituição e Justiça e da Mista, as duas mais importantes da Assembleia Legislativa, o deputado Humberto Aidar (MDB) tem sido atuante no encaminhamento do projeto que impõe teto de gastos para que **Goiás** possa aderir ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF). Aidar confirma que, a pedido do governador Ronaldo Caiado (DEM), só deve deixar o mandato para assumir vaga no Tribunal de Contas dos Municípios (TCM), à qual a indicação de seu nome é tida como certa, no final do ano. A vaga foi aberta com aposentadoria, em maio, do **conselheiro** Nilo Resende, após Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para extinção do TCM ter sido apresentada na **Alego**. O agora ex-**conselheiro** admitiu ter antecipado a aposentadoria para "apaziguar a questão" e logo depois foi realmente aprovado relatório contrário à PEC. O TCM-GO tem orçamento de R\$ 216 milhões este ano e salários de R\$ 40 mil em média para os 7 conselheiros - R\$ 35,4 mil de remuneração básica mais gratificações. Aidar afirma que se sente bem preparado para assumir a função.

Como avalia o respaldo no Legislativo a projetos do governo, como o de ajustes fiscais necessários à adesão ao Regime de Recuperação Fiscal?

A PEC (Proposta de Emenda à Constituição que institui o Novo Regime Fiscal - NRF) seguiu regime de quarentena durante dez sessões plenárias ordinárias, após chegar à CCJ, onde recebeu emendas e foi aprovada. Terça-feira vai para primeira votação, só que diferente de um projeto normal, a PEC precisa de 14 assinaturas para emendar em plenário. Acredito que a oposição não consiga, até porque tem deputado da oposição que vai votar a favor da PEC. Hoje, temos 27 de 41 votos. Nesse caso, quarta-feira será aprovada. O governo fala que não pode fazer concessão ao projeto sob pena de multa.

Sindicatos de servidores públicos demonstram insatisfação e criticam falta de diálogo na Assembleia, até por causa das sessões fechadas e participação remota devido à pandemia.

Não tem como fazer audiência pública presencial hoje na Assembleia. Mas as lideranças sindicais têm conversado com deputados, com o líder do Governo (Bruno Peixoto, do MDB), e o que nos foi afirmado pela secretária da Economia (Cristiane Schmidt), é

que depois de aprovada a PEC, será apresentado o plano (de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal - RRF), e esse plano vai contemplar essas questões. Por exemplo, ficam garantidas as emendas impositivas, porque senão não passaria na Assembleia, fica garantido concurso público para reposição apenas e a data base (com reajuste) em cima da inflação.

Quando deve ser apresentada na Assembleia sua indicação ao Tribunal de Contas dos Municípios (TCM)? Ao Giro, o senhor disse que pretende deixar seu mandato só no final do ano. Quais são os seus planos?

Desde que a mesa diretora foi eleita e eu fui indicado para a CCJ, havia um acordo, construído lá atrás, de que ao surgir uma vaga no TCM ou no **TCE**, o nome indicado seria o meu. E quando surge a possibilidade do **conselheiro** Nilo Resende se aposentar, o governador Ronaldo Caiado me chamou e me pediu que se surgisse a vaga eu pudesse ficar na Assembleia o maior tempo possível. Por quê? Por conta exatamente da minha experiência na CCJ e na Comissão Mista. O governador me disse que precisa de mim na Assembleia e que a vaga no TCM é da Assembleia, existe um acordo e o nome indicado é o meu. São sete membros no TCM, quatro são indicados pela Assembleia, um pelo governo e dois membros são técnicos, o tribunal escolhe. Mas vaga da Assembleia entre aspas, porque por mais que se aponte um deputado, quem escolhe é o governador, sempre foi isso. E o que o governador me disse foi isso: todas as vagas da Assembleia são vocês que vão indicar, quando chegar a minha vez, eu indico. Então essa vaga está realmente garantida no TCM, a menos que eu não queira. No final do ano ou início do ano que vem, eu renuncio ao mandato para assumir. Por algumas situações. As emendas impositivas, vamos ter quase R\$ 7 milhões, é oportunidade de destinar recursos para cidades. Segundo, a estrutura do TCM é muito menor que a da Assembleia, onde além do gabinete, um deputado tem cargos na estrutura. Muitos servidores trabalham comigo, politicamente, preciso desse tempo também para dizer a essas pessoas que procurem outra situação até o fim do ano. No TCM são só cinco funcionários, toda a estrutura é técnica.

O deputado Tião Carço (DEM), ex-**conselheiro** do

TCM, disse que o senhor "vai preencher todos os requisitos". Quais são esses requisitos?

A lei exige o notório saber, questão já pacificada no Supremo (Tribunal Federal). Pelos meus seis mandatos, e é a terceira vez que comando a Comissão de Constituição e Justiça da Casa, já passei por todas as comissões, com isso eu já preencheria os requisitos exigidos pelo tribunal. Mas sempre disse "estou deputado, sou radialista", tenho registro de radialista há mais de 40 anos. No ano passado, já tendo esse cuidado, entrei num curso de gestão pública (EAD, na Estácio), que finalizo em novembro, dezembro, no máximo. Só na gestão pública, têm cinco matérias que são contábeis, que é o que se exige. Não quero correr o risco de ser questionado na Justiça, como fizeram como outros conselheiros, embora todos eles tenham ganhado na Justiça. Eu me sinto extremamente capacitado para o trabalho desenvolvido no tribunal.

Foi a quinta vez, nos últimos dez anos, que movimento na Assembleia ameaçou extinguir o TCM-GO. Tais propostas são apontadas como estratégia para vencer resistência de **conselheiro** à aposentadoria e garantir indicação de deputado ao cargo vitalício. Como vê tais críticas?

Essa estratégia de propor extinção do TCM para forçar uma aposentadoria não funcionaria, até porque o **conselheiro** Nilo Resende (de 62 anos) poderia ficar lá até os 75 anos.

Mas o fato é que Nilo Resende antecipou a aposentadoria, em maio, e admitiu que era para "apaziguar essa questão" de extinção do TCM.

Pelo menos as declarações que eu ouvi foi de que ele saiu mas não por conta de pressão. Quando Henrique (Arantes, do MDB), apresentou essa proposta, eu fui um que assinei, peguei assinaturas e tal, só que uma coisa é apresentar um projeto para ser discutido e outra é conseguir votos para aprovar a PEC. O que aconteceu? Quando essa matéria foi proposta, nós pensávamos que haveria um apoio dos prefeitos. O que a gente ouve na Assembleia é que o TCM existe é para multar, enfim, mas quando foi apresentado o projeto, houve uma movimentação muito grande de prefeitos, da AGM (Associação Goiana de Municípios), da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), do Sindicato dos Contabilistas, e o **TCE** disse à Assembleia que não tinha condições técnicas de desenvolver esse trabalho. Ouvimos que o TCM auxilia muito. Então, independente de pressão ou não, uma PEC para acabar com o TCM, depois dessa constatação, dificilmente passa na Assembleia, porque a fala de um prefeito entre deputados, principalmente em ano que antecede as eleições, tem peso muito

grande.

Inicialmente, o que o levou a assinar o projeto de extinção do TCM e a buscar assinaturas?

Acreditava na proposta de que haveria economia, de que só há três Tribunais de Contas dos Municípios no Brasil, que foi o que a sempre ouviu. Mas depois, o relatório do Talles (Barreto, do PSDB) nos mostra que não haveria essa economia.

Por que então só três Estados (Bahia e Pará, além de **Goiás**) mantêm TCM, se não há economia em repassar as atribuições ao **TCE**?

Sinceramente, não saberia responder. O certo é que, não sou eu que estou dizendo, mas as entidades (citadas acima), que o TCM joga um papel muito importante para as prefeituras e Câmaras municipais.

E sobre as cinco propostas de extinção do TCM na Assembleia, em dez anos?

Acompanhei pela imprensa, mas na verdade, só duas vezes essa possibilidade de fechar o TCM esteve mesmo em pauta. Uma foi em 1996. Eu era suplente, assumi em 1992, fiquei até 1994, depois até 1998. Saí, fui vereador, daí voltei para a Assembleia, por isso que falo em seis mandatos, mas não são consecutivos. Na época do Maguito (Vilela) governador, chegou-se a aprovar essa matéria, mas em seguida foi proposta a recriação pelo deputado Ibsen de Castro. Então, esse agora foi o segundo projeto que passou pela Assembleia.

Como analisa o cenário para as eleições de 2022, em **Goiás** e no Brasil?

Em **Goiás**, sou defensor de que o MDB caminhe com o governador, ocupando vaga na chapa majoritária. Acho que o caminho natural do partido é esse, tentar dar um novo mandato ao Ronaldo Caiado (DEM). No Brasil, qualquer proposta, menos o presidente atual, que consegue ser o pior presidente da história. Não só pelas asneiras que ele fala, mas pela capacidade mesmo, dele e das pessoas que o cercam. Quando vejo os ex-presidentes Lula e Fernando Henrique Cardoso juntos, penso que é hora de os políticos sérios guardarem diferenças ideológicas e terem uma candidatura capaz de derrotar Bolsonaro. Entre Lula e Bolsonaro, se for mesmo essa a disputa, não tem termos de comparação entre o que um fez e o outro fez. Meu voto certamente seria do Lula. Mas vejo possibilidade de uma terceira via, porque também o PT tem muito desgaste.

Site: <https://www.opopular.com.br/digital/26-junho-2021/1o-caderno>

Mercado de Trabalho - FIO DIRETO

Cloves Reges

De acordo com relatório do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás**, no indicador Mercado de Trabalho, Goiás foi a 5ª unidade da federação que mais gerou empregos em 2020, totalizando 26.258 vagas líquidas com carteira assinada.

Site: <http://impresso.dm.com.br/edicao/20210626>